

1 Introdução

Toda vez que chegávamos ao presídio, Vânia, a diretora da escola, se dirigia aos professores mais próximos para, em tom velado, informar-lhes sobre os acontecimentos dos dias anteriores. Em geral, essas notícias incluíam as greves e reivindicações da facção, os embates entre o coletivo e a segurança, além de ordens mais recentes da direção da unidade. Naquele dia, a notícia mais urgente era sobre o que havia acontecido com Sérgio, um dos internos designados para prestar serviços na escola. Ele era um dos faxinas¹ mais quietos e solícitos da cadeia, e, talvez por isso, a notícia tivesse surpreendido a todos: na noite anterior, Sérgio estivera no “castigo²”, e perdera, em função disso, conforme regem as regras da segurança, o direito de prestar serviços laborais.

Quando, após passar por todos os portões de segurança, alcançamos a galeria³, o clima entre os guardas e os internos estava tenso. Foi da boca dos colegas de Sérgio que soubemos das circunstâncias que o levaram à punição: ao fim do expediente escolar, quando os professores deixaram a escola, e os faxinas voltaram para as celas de origem, um dos guardas responsáveis pela galeria ordenara que Sérgio, pelo lado de dentro, batesse o cadeado de sua cela. Sérgio se recusou a fazê-lo, alegando que não seria o seu próprio carrasco; o responsável pelo seu próprio encarceramento: “nós não se prende; nós se liberta”. Mas o guarda propositalmente insistiu – mais tarde, me disseram ser esta uma norma da facção bem conhecida pelos guardas –, provocando o

¹ ‘Faxina’ é um termo empregado tanto em presídios quanto em quartéis para nomear a classe de internos designada a prestar serviços laborais nas instituições. A facção a que pertence Sérgio usa também com frequência o termo “monitor”. A função é valorizada entre o grupo, dentre outras coisas, porque o trabalho reduz a pena a ser cumprida.

² A medida disciplinar mais frequente na unidade prisional em que esta pesquisa foi realizada é o “castigo” – ou ‘buck’, conforme costumam dizer os internos. Os castigados passam um tempo determinado pela direção em uma cela individual (solitária), e perdem, quando o tem, o direito de exercer as atividades laborais dentro da instituição.

³ Galeria é um termo utilizado para se referir ao grande corredor onde ficam as celas.

conflito. Porque Sérgio se manteve constante em cumprir as orientações de seu comando, acabou castigado.

(Notas de Campo. Setembro de 2010)

O episódio narrado nas notas acima, e, de forma destacada, a recusa enfática de Sérgio pela agência de seu próprio encarceramento, serve como caricatura de um embate que parece estar na origem e no destino daqueles que levam consigo o estigma da carreira criminal. A cena antecipa, com alguma precisão, o objeto daquilo que, muitos meses após sua ocorrência, reconstruiu-se na forma da presente tese, que se ocupa, em termos genéricos, das construções discursivas da experiência criminal.

Para dar conta dessas construções, a pesquisa adentra uma das principais instituições prisionais do país, espaço em que os discursos sobre a violência se potencializam, e procura analisar, nas interações e especialmente nas narrativas orais contadas pelos protagonistas das histórias sobre crimes – quase todos ligados ao comércio varejista de drogas –, os processos de negociação identitária que emergem dessa moldura.

Mais especificamente, os dados que aqui se apresentam foram gerados ao longo de um trabalho de campo realizado, durante o ano de 2009, em um complexo penitenciário do estado do Rio de Janeiro. Nessa ocasião, puderam ser realizadas entrevistas com internos que frequentavam o espaço escolar da instituição, posteriormente analisadas qualitativamente à luz tanto dos estudos sobre narrativas orais, informados pela sociolinguística interacional, quanto dos estudos sobre identidade, especialmente os que consideram o discurso narrativo um lugar privilegiado de construção e análise das identidades sociais (Schiffrin, 1996; Moita Lopes, 2001; Fabrício e Bastos, 2009; Bastos, 2003; 2008, entre outros).

Em um contexto prisional, estudos sobre identidade tornam-se especialmente interessantes porque instituições dessa natureza, conforme análises empreendidas por Goffman (1961 e também Foucault, 1987), poderiam ser comparadas a estufas modificadoras do indivíduo. Alegadamente impermeáveis às práticas e costumes comuns à sociedade civil, os espaços prisionais apresentariam como princípio fundador reformar, a partir do isolamento e da rotina disciplinar, um caráter supostamente “delinquente” por outro mais “dócil” e “adequado” ao

convívio social. As penitenciárias cariocas, entretanto, apresentam particularidades que desafiam tal definição. A divisão e identificação oficiosa de suas unidades em função das chamadas “facções criminosas”, a manutenção das funções e hierarquias que caracterizavam os internos “do lado de fora”, bem como as práticas ilegais que permitem acesso a celulares e outros artefatos do mundo exterior, acabam por fazer da cadeia um espaço que não só mantém como potencializa os posicionamentos “marginais” e o sentimento de pertencimento às suas organizações de origem.

Dois dos conceitos mais produtivos para se entender o modo como os referidos processos de negociação identitária se dão no contexto sob escrutínio são os de *desvio* e *estigma*, conforme formulados respectivamente por Becker (1963) e Goffman (1988). Consoante grande parte das teorias pós-estruturalistas que tendem a desessencializar a noção de identidade, apostando na dimensão simbólica de sua emergência, isto é, tomando-a como um efeito, e não fonte, de práticas semióticas orientadas situacionalmente (Bucholtz e Hall, 2005; Butler, 1990; Moita Lopes, 2002 e 2003, entre outros), Becker, no âmbito da sociologia, considera o desvio um produto de negociação tácita nos encontros sociais, em que pessoas, realizando ações conjuntas, decidem e rotulam o que deve ser considerado desviante. De maneira semelhante, para Goffman, o estigma, aplicável a criminosos e outros grupos, deriva não de uma característica em si mesma desonrosa, mas da violação das expectativas normativas sustentadas culturalmente sobre a apresentação social de um indivíduo nos diferentes contextos de interação.

Esses conceitos, conforme se verá ao longo do desenvolvimento da tese, tornam fluidas as fronteiras da “normalidade” e se opõem centralmente a certas concepções que, mesmo quando superadas nos meios acadêmicos, ajudam a compor a teia de discursos que habita o imaginário coletivo sobre criminalidade: aquelas que tendem a entender o comportamento desviante como oriundo de um processo interno e psicológico típico daqueles que *teriam* um instinto violento e transgressor, e aquelas que costumam explicar o desvio deterministicamente como uma consequência direta de um sistema social excludente e de relações sociais muito definidas pela apropriação material.

Embora os estudos sobre desvio definido como rótulo se apresentem como uma alternativa a tais visões mais estatizantes do fenômeno (cf. por exemplo

Velho, 1974; 1981, entre outros, além da vasta produção relacionada ao seu nome), ainda há uma demanda por pesquisas que apurem o olhar para o discurso visando dar conta do que Foucault, já na década de 70, anunciava como a premência de se analisar as conexões estratégicas dos discursos que vêm da prisão. Essa é a tarefa que este trabalho toma para si, e a realiza em perspectiva micro-analítica, tendo em vista as interações entre dois grupos, cuja constituição no micro espaço da pesquisa é metonímia para o que ocorre na sociedade mais ampla: o dos ditos “normais”, categoria cabível aos pesquisadores, e o formado pelos “desviantes”, alcunha que se repetirá ao longo do texto para fazer referência ao conceito de Becker.

É onipresente nesta tese uma formulação, também de Becker, fundamental para o que aqui se desenvolve: a *neutralização*. Ao descrever os padrões de interação entre desviantes e não-desviantes, Becker (1963) nota que os atores sociais, mesmo quando têm consciência do extraordinário de sua ação desviante, permanecem sensíveis às expectativas culturais que regem o grupo de que fazem parte. Por essa razão, tendem a desenvolver certas técnicas interacionais com o objetivo de neutralizar – ou normalizar – a sua diferença. Em seus estudos sobre estigma, Goffman (1988) formula algo semelhante a partir do conceito de “técnicas de controle de informação”. Três laminações na análise empreendida neste trabalho lidam com essa ideia.

Na primeira delas, fundamentada no arcabouço teórico da sociolinguística interacional, a reflexão fica em torno de certas demandas de meus contatos verbais com os internos participantes da pesquisa. Dentre as tensões que daí emergem, destaca-se especialmente a que há entre o reconhecimento de suas imagens deterioradas pelo rótulo tácito, proveniente do cenário prisional, e um esforço de apresentação positiva que depende da desconstrução dos signos estigmatizantes. Torna-se necessário, nesse contexto, uma série de estratégias de manipulação e invisibilização desses signos, e categorias analíticas típicas dos estudos que lidam com o encontro social, como o trabalho de face (Goffman, 1967) e a noção de enquadres interpretativos (Goffman, 1981), são convocadas para reconstruir a dinâmica dessas trocas, marcadas por sequências polidas neutralizadoras dos traços desviantes.

As sutilezas interacionais do *savoir faire* do encontro misto dão lugar, na segunda laminação da análise, às construções discursivas mais salientes nas

entrevistas realizadas. Conforme já se disse, os estudos que se dão no âmbito da análise de narrativas (Bruner, 1990; Linde, 1992; Mishler, 1986; 2002; Riessman, 1993) aparecem neste trabalho como um importante aparato para se abordar os processos e marcas que consubstanciam discursivamente a construção identitária. De maneira resumida, a ideia que permeia tais estudos é que, ao engajarmo-nos em atividades como as de contar histórias, organizamos avaliativamente concepções sobre os sujeitos, objetos e ações narradas, posicionando-nos em relação a esses elementos e, em função disso, contingencialmente estabilizando um *self* (Goffman, 1959) passível de análise. Assume-se, então, que os sentidos estabilizados sobre quem somos são estratégicos, co-construídos, e para isso levam em conta tanto aspectos culturais (macro), para os quais se pleiteiam pertencimentos, quanto aspectos interacionais (micro), que conduzem os atores sociais a construírem-se sob uma luz favorável (Goffman, 1967), sempre orientados pelas expectativas em relação ao outro.

Especialmente os estudos de Linde (1993) e Bruner (1990), que abordam a coerência na narrativa, isto é, o modo como os eventos contados nas histórias relacionam-se, a partir de mecanismos de atribuição de sequencialidade e causalidade fiéis, não a uma ordem do real, mas ao que é aceito culturalmente – e localmente, acrescento –, se mostram produtivos na presente análise.

Tendo essas primeiras diretrizes em vista, esta tese busca identificar e caracterizar um tipo de narrativa de história de vida frequentemente contado durante as entrevistas realizadas, que passo a nomear *narrativas de adesão ao tráfico*. A exemplo das narrativas de escolha profissional já descritas por Linde acerca da cultura americana de classe média, tais narrativas também se apresentam costuradas por sistemas de coerência amplamente utilizados pelo grupo desviante investigado, dos quais derivam certos padrões de sequencialidade e causalidade razoavelmente repetidos.

O percurso analítico encaminhado para tal propósito confere destaque ao conceito de coerência narrativa e também o articula ao de *técnicas de neutralização*. Para Becker (1963), tais técnicas consistem quase sempre em explicações ou justificativas para sua condição, de modo a torná-la, se não meritosa, ao menos aceitável para o grupo. Em uma empreitada interdisciplinar, considero, neste trabalho, que as narrativas de adesão ao tráfico que compõem os dados desta pesquisa funcionam como técnica de neutralização para ação

desviante, porque nelas se negociam explicações para o extraordinário do desvio ancoradas em sistemas de coerência sobre as causas da criminalidade disponíveis em nossa sociedade.

Conforme se verá, na amarração dessas narrativas, que emergem com a função central de amenizar o impacto da experiência desviante, os internos reconstroem suas trajetórias estabelecendo relações causais que relegam a condição criminal a certas opressões externas – como a pobreza, as “duras” policiais e a experiência com drogas, para citar os casos que recebem destaque na tese. Remetendo novamente à cena que abre este texto introdutório, pode-se dizer que há sempre “um outro”, a que os narradores atribuem a chave de suas prisões.

O que aparentemente poderia soar como um discurso de auto-desresponsabilização, de mitigação da própria culpa pelo estatuto contraventor, é tomado na argumentação que se propõe, inspirada na premissa de Bakhtin (1979), como um elo na cadeia dos discursos sobre o crime. É a partir dessa reflexão que, na terceira e última lâmina da análise dos dados, procura-se situar o discurso prisional em um embate ideológico que parece muito vivo em nossa sociedade: o da garantia dos direitos humanos e civis contra aquilo que pode ser resumido na máxima popular “bandido bom é bandido morto”⁴.

Trata-se, então, de saber como os internos entrevistados – vozes da minoria (Santos, 2009) – estão alocados nesse embate, que posições estão assumindo, e de que modo lutam discursivamente contra a tese, presente e incisiva no senso-comum, segundo a qual habita os criminosos um instinto perverso.

De forma mais esquemática, e tendo em vista a articulação aqui proposta entre teorias sobre identidade, desvio e narrativa, os seguintes objetivos mais especificamente delimitados foram propostos:

- i) identificar as estratégias de gerenciamento do estigma/desvio que se consubstanciam em tentativas de normalização da experiência desviante no encontro sob escrutínio;

⁴ Para citar um exemplo emblemático da produtividade dessa ideia no senso-comum, remeto a uma das cenas iniciais do filme *Tropa de Elite 2*, quando um Capitão Nascimento, após comandar a execução de uma liderança de rebelião na cadeia, entra em um restaurante para almoçar e é aplaudido de pé pela população, que, aos gritos e vivas, repete o bordão acima mencionado.

- ii) identificar as narrativas de adesão criminal e analisar sua estrutura (com enfoque nas relações de causalidade e sequencialidade construídas) e função interacional no contexto;
- iii) considerando a emergência dessas narrativas como *técnica de neutralização* do desvio, analisar os sistemas de coerência que ancoram sua construção discursiva como justificativa para escolha criminal;
- iv) analisar as marcas e processos de construção identitária que emergem das entrevistas;
- v) analisar o modo como essas narrativas e identidades construídas se relacionam dialogicamente com outros discursos e sistemas de coerência validados no senso-comum.

Para dar conta dos objetivos especificados, a tese apresentará a seguinte distribuição textual.

No capítulo 2, apresento considerações gerais sobre o tema da violência e da criminalidade conforme abordagens das ciências sociais. Nesse momento, destaco a relatividade desses conceitos, sempre definidos de maneira perspectivada conforme posições políticas assumidas pelas diferentes escolas. Também a questão específica do tráfico de drogas e das instituições prisionais no Rio de Janeiro está contemplada no capítulo, com objetivo de delimitar e apresentar questões potenciais a respeito do contexto específico sobre o qual lanço olhar.

No capítulo 3, introduzo o tema do desvio e do estigma conforme formulado pela abordagem interacionista dos estudos sociais. Porque esta é, conforme se verá, uma teorização que diz respeito fundamentalmente à apresentação das identidades sociais, o capítulo também apresenta o conceito de *self*, tal como formulado por Goffman (1959), discutindo seus encaminhamentos.

Feitas as apresentações temáticas das questões relativas à violência e desvio, o capítulo 4 descreve o posicionamento metodológico e o contexto de pesquisa, bem como seus procedimentos de análise.

O capítulo 5 está dedicado às questões interacionais, e, de maneira híbrida, não só revisa pressupostos e categorias oriundos da sociolinguística interacional,

como se debruça sobre os dados para discuti-los à luz desses construtos. Esse capítulo abarca a primeira lâmina de análise acima proposta.

O capítulo 6 revisa os estudos sobre narrativas orais, conferindo enfoque especial àqueles que a entendem como uma prática discursiva que *organiza* a experiência. Também nesse capítulo são apresentadas teoricamente as categorias que compõem o aparato analítico de que se lança mão para análise dessa forma de discurso.

No capítulo 7 encontram-se as análises de três narrativas representativas do *corpus* do estudo, que identifico como narrativas de adesão ao tráfico, descrevendo seus padrões, funções interacionais e efeitos identitários. Assim, o par de capítulos 6-7 constitui a apresentação textual da segunda lâmina de análise.

No capítulo 8, ganham corpo discussões preliminares sobre o embate discursivo/ideológico e a análise de excertos que sustentam as posições assumidas, conforme encaminhamentos anunciados para a terceira laminação da análise. Também nesse capítulo, faz-se uma discussão dos achados desta pesquisa em comparação com outros trabalhos que voltaram sua atenção para os modos como os desviantes constroem sua experiência criminal.

Por fim, o capítulo 9 tece as considerações finais do trabalho, além das suas contribuições, limitações e encaminhamentos futuros.